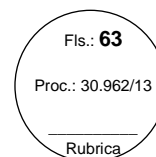




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



Informação nº : 94/2014 - 3ª Diacom

Brasília (DF), 01 de outubro de 2014.

Processo nº : 30.962/2013

Jurisdicionada : Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII

Assunto : Representação

Prejuízo Identificado : R\$ 37.687,16 (referência – Dez/2008)

Ementa : Exame de razões de justificativa em função de prejuízos em procedimentos licitatórios. Peça de defesa improcedente do responsável. Pela conversão dos autos em TCE.

Senhor Diretor Substituto,

O presente processo foi autuado para análise das razões de justificativas do Senhor Lino Neto de Oliveira (Ex-Administrador Regional), em virtude de eventuais prejuízos ocorridos no Convite nº 039/2008, realizado pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII, conforme previsto no item “III.a” da Decisão Reservada nº 49/2013¹.

2. O item “III.a” da Decisão nº 49/2013 foi proferido nos seguintes termos (fls. 01/02):

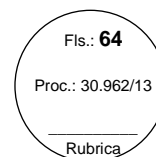
“III. determinar: a) a audiência, em autos próprios (individualizados), dos respectivos responsáveis para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesas em face dos valores tidos como prejuízos na tabela de fls. 93/94;

3. O prejuízo imputado ao Ex-Agente Público (R\$ 37.687,16 em valores de Dez/2008) decorreu do confronto entre os preços unitários praticados nos contra-

¹ As razões de justificativas apresentadas em função das irregularidades descritas no item “III.b.1” a “III.b.9” da Decisão nº 49/2013 estão sendo tratadas em outros processos. Tais irregularidades foram detectadas em inspeção cujos resultados constam do Processo nº 17.274/2011.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



tos firmados pela RA VIII e os preços unitários constantes do SINAPI (fls. 51/54).

4. O Senhor Lino Neto de Oliveira, em sua defesa de fls. 56/58, assim se manifestou:

"A consideração da utilização das tabelas SINAPI e CICR02/DENIT, em comparação com a tabela da NOVACAP é muito relativo pois a tabela NOVACAP é específica para o GDF e as demais servem de referência nacional.

Tendo em vista a especificidade dos produtos e serviços local há de se considerar a realidade local e não nacional.

Conforme Representação da Pauta nº48 S.Res. nº877 de 04/7/2013 (folha 112) item 13.

"Os indicadores ,levantados como base em pesquisas de preços periódicas de fato fornecem um bom suporte para elaboração de orçamentos. No entanto, não podem servir de parâmetro para aferição de sobrepreço (e não de superfaturamento) para imputação de débito, conforme sugere a instrução."

Também há de se considerar que nem sempre o menor preço relativo a um produto/serviço seja ofertado com mesma qualidade o que pode acarretar grandes problemas futuros.

Dessa forma, fica demonstrado que o Sr.Lino Neto de Oliveira agiu em obediência a lei 8.666/193, buscando nela e na legislação de direito administrativo todas as formas para condução legal do certame, cumprindo principalmente os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

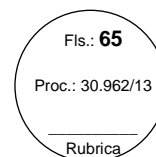
Fica demonstrado também, que o Ex-Administrador não obteve qualquer vantagem indevida, enriquecimento ilícito ou qualquer outra tipo ou forma de benefício a arrepio da lei ou dos princípios que regem a Administração, o que desconfigura e desnatura os 'INDÍCIOS DE DANOS AO ERÁRIO DOS COFRES PÚBLICOS BEM COMO INTENSÃO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO'".

5. O Ex-Administrador Regional do Núcleo Bandeirante apresenta, como principal argumento, o fato de o SINAPI e o CICR02/DENIT não espelharem os preços do mercado da construção civil do Distrito Federal, pois seriam tabelas de âmbito nacional.

6. Ao contrário do afirmado pelo defendente, o NFO, no cálculo do superfaturamento, utilizou o SINAPI/DF, o qual contém preços unitários coletados no mercado brasileiro (fls. 51/54). Os preços do SINAPI/DF eram utilizados como limite máximo para as obras federais realizadas no Distrito Federal, nos termos do art. 109 da Lei Federal nº 11.768/2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



7. O próprio Tribunal determinou que a Novacap utilizasse, prioritariamente, o SINAPI nas suas composições de custos por meio da Decisão nº 5951/2006, *in verbis*:

"I - tomar conhecimento: a) das razões de justificativa apresentadas por Elmar Luiz Koenigkan, em atendimento à Decisão nº 5550/2005; b) do Ofício nº 210/2006 - GAB/PRES e documentos anexos; d) da Informação nº 46/2006; II - considerar: a) aceitável a opção realizada pela Diretoria de Edificações da Novacap de utilizar o sistema de orçamentação de obras civis Volare; b) insuficientes as alegações de Elmar Luiz Koenigkan, para afastar sua responsabilidade pelo reiterado descumprimento de determinações do Tribunal; III - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Revisor, Conselheiro JORGE CAETANO; IV - determinar ao Diretor-Presidente da jurisdicionada que adote as providências necessárias para a realização, no prazo de até um ano, de criteriosa, ampla e profunda revisão e atualização das composições de preços unitários dos serviços de urbanização e elabore os manuais de fiscalização, com critérios de medições, encaminhando a este Tribunal, mensalmente, relatório informando o andamento da questão, sob pena de a Corte considerar infração grave, nos termos do art. 60 da Lei Complementar nº 01/94; V - determinar à jurisdicionada que: a) encaminhe a esta Corte, para avaliação, as composições de preços que foram ou venham a ser desenvolvidas ou modificadas, a partir do padrão básico do sistema Volare, utilizado pela Diretoria de Edificações, acompanhadas dos estudos, medições ou da origem que comprovem a sua adequação ao fim pretendido; **b) sejam utilizados, prioritariamente, os dados constantes no SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil, mantido pela Caixa Econômica Federal, na atualização dos valores constantes de suas tabelas de insumos de materiais, mão-de-obra e custo horário de equipamentos, valendo-se de outras fontes, tão-somente, de forma complementar;** c) implemente a unificação das tabelas de preços de insumos, mão-de-obra e custo horário de equipamentos para as Diretorias de Edificações e de Urbanização, somente após a conclusão da revisão e atualização completa das composições de preços unitários dos serviços de urbanização; d) implante, nas seções técnicas da empresa, programas informatizados que possibilitem a elaboração de projetos e a realização de levantamentos de quantitativos de serviços, de forma a facilitar a futura elaboração de orçamentos; VI - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE para continuidade do acompanhamento".

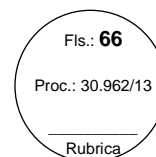
8. Além disso, foram detectadas falhas na elaboração do projeto básico do Convite nº 039/2008. A unidade técnica, no Processo nº 17.274/2011, fez o seguinte relato sobre a precariedade do projeto básico do referido certame (fl. 62):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



"13. O projeto básico do Convite n° 039/2008 não foi chancelado pela Diretoria de Obras da RA VIII, visto que o documento não tem assinatura de técnicos da Jurisdicionada (fls. 03/13 do Anexo I). Um projeto básico sem assinatura do técnico responsável pela sua elaboração não pode ser considerado um documento válido, visto que os artigos 4° e 7° da Resolução n° 361/91 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - Confea deixam patente a necessidade de identificação do autor do referido documento (fls. 21/23).

14. O Senhor **Lino Neto de Oliveira**, então Administrador Regional, deve ser chamado em audiência para apresentação das razões de justificativa pela aprovação de projeto básico sem assinatura de um técnico responsável (fl. 41 do Anexo I), contrariando os artigos 4° e 7° da Resolução n° 361/91 do Confea c/c o art. 7°, § 2°, inciso I, da Lei de Licitações, ante a possibilidade da aplicação da penalidade prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c o art. 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF".

9. Quanto à inexistência de enriquecimento ilícito ou de obtenção de vantagem indevida, as duas situações não impedem que a responsabilidade pelo prejuízo apontado pelo NFO seja imputada ao agente público em destaque, visto que a elaboração do orçamento do Convite n° 039/2008 foi chancelada por ele. Sua conduta comissiva causou o prejuízo aos cofres públicos.

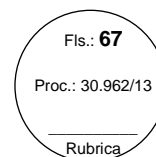
10. A defesa apresentada é insuficiente para afastar a responsabilidade pelo dano ao erário imputado ao Ex-Administrador Regional do Núcleo Bandeirante. De acordo com o previsto no § 4° do art. 2° da Emenda Regimental n° 01/98, com a nova redação dada pela Emenda Regimental n° 23/2008, o prejuízo aqui apontado enseja a imediata conversão dos autos em TCE e citação do Senhor Lino Neto de Oliveira (CPF n° 057.444.151-49) para apresentação de defesa ou recolhimento do débito no prazo de 30 (trinta) dias.

11. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

- I - tomar conhecimento das razões de justificativa do Senhor Lino Neto de Oliveira, apresentadas em função do item "III.a" da Decisão n° 49/2013, considerando-as, no mérito, improcedentes;
- II - converter, com fundamento no § 4° do art. 2° da Emenda Regimental n° 01/98, com a nova redação dada pela Emenda Regimental n° 23/2008, os autos em tomada de contas especial, determinando a citação do Senhor Lino Neto de Oliveira (prejuízo com superfaturamento do Contrato decorrente do Con-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
TERCEIRA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



vite nº 039/2008 no valor de R\$ 37.687,16 em 01/12/2008), para apresentação de defesa ou recolhimento do respectivo débito;

III - autorizar:

- a) a comunicação do conteúdo da decisão que vier a ser proferida pela Corte ao defendente;
- b) o retorno dos autos à SECONT para atendimento do item II precedente.

À consideração superior.

De acordo.

Em 01/10/2014

Cezar Villarinho

Diretor Substituto – 3ª DIACOMP